

A IDEIA – Instituto para o Desenvolvimento Educativo Integrado na Acção e O Nosso Sonho, Cooperativa de Educação e Solidariedade Social, entendeu remeter o presente documento para a DGS e para a Segurança Social, que tutela a atividade das IPSS, para apreciação de V. Exas e que muito gostaríamos que tomassem em conta nas orientações que estão a ser preparadas relativas à reabertura das creches no próximo dia 18 de maio.

Quando olhamos para outros países temos de sentir muito orgulho na maneira como os nossos governantes, o SNS e a DGS, têm gerido esta pandemia. É de assinalar a atitude responsável e solidária dos portugueses face ao inusitado e estranho momento que vivemos a nível global. No que respeita à educação e ação social, reconhecemos que fechar as escolas, jardins-de-infância e as creches foi inevitável e obviamente uma medida difícil de concretizar com forte impacto nas famílias, nas instituições e na economia do país.

A instituição atende cerca de 500 crianças nestas duas respostas sociais, assim, na primeira fase das medidas, após encerramento das escolas e instituições, não pudemos aceitar que a tutela não tivesse assumido que as instituições teriam a obrigação de ter uma resposta para os trabalhadores de serviços essenciais, quando os trabalhadores das IPSS também o são, e que tenha considerado adequada a solução inicialmente defendida. A opção dada aos pais dessas crianças, em idade de JI e eventualmente de creche, foi deixá-las nas salas dos Agrupamentos de Escola, num ambiente que lhes era estranho, sem qualquer vínculo ou relação estabelecida com o estabelecimento de ensino público nem com as pessoas que os acolheriam, quando antes frequentavam a rede solidária e privada. Só após forte contestação foi revista a decisão e dada a opção de cuidar dos seus aos casais com 2 elementos trabalhadores de serviços essenciais.

Coerentes com a educação em que acreditamos, a partir de 30 de Março assumimos que iríamos tudo fazer para receber os filhos de trabalhadores de serviços essenciais nas nossas creches e jardins-de-infância no edifício IDEIA Outeiro, opção justificada pelo espaço disponível quer em número de salas quer exterior, reunindo os colaboradores de referência e necessários das creches e jardins-de-infância. Iniciámos contactos telefónicos individualizados com as famílias que reuniam o requisito de terem os dois progenitores em serviços essenciais e abrimos a nossa Sala Emergente a 14 de Abril, com a feliz coincidência de termos a frequentar 4 crianças filhos de profissionais de saúde, que ficaram assim mais livres para desempenhar as suas funções e que nos têm apoiado neste objetivo, com saber, conhecimento e confiança na responsabilidade técnica e pedagógica da instituição. Até hoje demos resposta a menos de uma dezena de crianças, contudo as famílias sabiam desta possibilidade, e a experiência adquirida proporcionou-nos segurança para a reabertura.

Construímos no concelho de Cascais ao logo dos últimos 25 anos, um caminho participado pelos profissionais das Instituições, do Município e da Segurança Social, que nos orgulha e que muito contribuiu para a qualificação exigente da resposta social de creche, compatível com o papel central da família, a salvaguarda do desenvolvimento e dos direitos da criança com formação, qualificação e corresponsabilidade das instituições, dos seus profissionais e das famílias.

As Instituições e nomeadamente as respostas socioeducativas, encontram-se há 2 meses, a gerir com muitas dificuldades, a relação/comunicação com as famílias, secundadas pelas redes sociais e pela comunicação social, exigido às direções e direção técnica e pedagógica, segurança, firmeza, alinhamento e compromisso.

A IDEIA e O Nosso Sonho defendem a reabertura das creches, e igualmente dos jardins-de-infância, e dos CATL, contudo julgamos que a forma e o conteúdo expresso na sessão informativa de reabertura da resposta social creche prestou um mau serviço a este objetivo criando mais ansiedade e falta de confiança nas famílias e maiores dificuldades às instituições na gestão de todo o processo, já de si muito complexo e que nos tem obrigado a comunicar incessantemente com as famílias pelas mais diversas vias.

Querer aplicar as recomendações de outros sectores de atividade e da comunidade em geral às creches demonstra ausência de auscultação dos profissionais da área da infância, das Escolas de Superiores de Educação, das associações profissionais e essencialmente falta de conhecimento sobre a infância e as suas necessidades, e está nomeadamente desalinhado dos objetivos defendidos no Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil em vigor, em termos de promoção do Desenvolvimento.

A Segurança Social que nos tutela e tem profissionais com saber técnico pedagógico e competência na área da família, infância e juventude deveria ter sido chamada de outra forma, previamente ao anúncio das medidas, evitando assim toda a legítima contestação que se está a verificar.

O governo e as entidades que o suportam do ponto de vista técnico e científico fundamentam a reabertura da atividade escolar pelas creches pelo facto de o risco de doença grave neste grupo etário ser baixo. É assim, efetivamente, em toda a idade pediátrica, sendo que abaixo dos 10 anos de idade a mortalidade Covid-19 reportada é aproximadamente zero. Acresce alguma evidência, que se vai consolidando e em relação à qual devemos manter a necessária prudência, de que o papel das crianças na cadeia de transmissão não é tão preponderante como noutras infeções respiratórias virais (nomeadamente na gripe). Igualmente, o retorno das crianças à escola é importante para elas e para a estrutura familiar - tanto mais quanto maior a sua fragilidade prévia - e igualmente para a economia do país.

Contudo, as crianças portuguesas são cidadãos de pleno direito, e não podem por estes fatores ser lesadas nos seus direitos fundamentais. Em particular, no direito que lhes está consignado a desenvolver-se física, intelectual, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA).

As medidas propostas são potencialmente lesivas deste princípio, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento da comunicação e da linguagem (para a qual são cruciais nos primeiros meses/anos a relação e interação social, como motor da intenção de comunicar, e a exposição à expressão da face humana), dos afetos, da curiosidade e da segurança no crescimento, bem como da brincadeira livre, que é condição *sine qua non* para que floresçam.

Igualmente, alguns aspetos nas medidas parecem-nos de consistência difícil de compreender no seu contributo potencial para travar transmissão. Sendo reconhecido pelos proponentes que nesta idade será difícil (e defendemos que deletério) distanciar as crianças e impedi-las absolutamente de partilhar objetos, como justificam que para essas mesmas crianças, envolvidas nessa dinâmica, os berços/catres devam distar 2 metros e as mesas devam estar orientadas num sentido específico?

Como, face a tudo isto, persistir em defender distanciamento social entre crianças de creche e destas para com os profissionais?

Como manter crianças em creche e mesmo JI em cadeirinhas, nas camas, catres e nas mesas afastadas 2 metros sem partilha de brinquedos e materiais?

Usar máscara impossibilita a interação visual e oro-facial que é tão importante para as crianças mais pequenas, sobretudo abaixo dos 2 anos de idade.

Depois de 2 meses de ausência dos cuidadores, não vemos como deixar de dar colo e retirar contacto físico.

Assim, solidários com a emergência de saúde pública atravessada pelo país, cientes de que não existe risco zero, estamos disponíveis para implementar, com os pais e as autoridades de saúde como parceiros fundamentais, as medidas que assegurem a segurança possível sem comprometer o bem-estar global das crianças. Consideramos essencial que essas medidas possam refletir as particularidades de cada um dos grupos etários a que se destinam, no universo do pré-escolar e da primeira infância, bem como reservar margem para que, com a articulação considerada relevante (nomeadamente com as autoridades de saúde locais) possam adaptar-se com segurança à realidade e aproveitar o melhor dos recursos de cada instituição. Para estarmos juntos na promoção da saúde física, do crescimento harmonioso e do bem-estar global das crianças, contribuindo da melhor forma para a mitigação desta pandemia sem os comprometer, e readaptando a intensidade das medidas adotadas à realidade epidemiológica local em cada fase.

Com os nossos melhores cumprimentos, pela instituição assina,

Maria de Fátima Souto

(Psicóloga/Diretora Técnica da IDEIA)

Subscreve,

Sílvia Jorge

(Mãe de 3 crianças utentes da Instituição, Pediatra com exercício na área do Neurodesenvolvimento)

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5933852/>



O NOSSO SONHO Cooperativa de Ensino e Solidariedade Social, C.R.L.

IDEIA Instituto para o Desenvolvimento Educativo Integrado na Acção